

**DEPOIS DA REDUÇÃO DAS AJUDAS DE CUSTO E DA IMPOSIÇÃO DO EURO TICKET PARA PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO O COMITÉ EXECUTIVO VOLTA A REDUZIR BENEFÍCIOS AOS TRABALHADORES**

**= NOVAMENTE ATRAVÉS DA POLÍTICA DO FACTO CONSUMADO=**

Foi dito, foi escrito, foi reafirmado pelo Presidente Executivo da Altice, Dexter Goei, pelo accionista e Presidente do Conselho de Administração Armando Pereira, pelo Presidente Executivo da PT Portugal Paulo Neves, que e passamos a citar **“era essencial que os seus trabalhadores estivessem altamente motivados e sentissem que a sua dedicação e o seu trabalho seriam recompensados”!**

Em 6 meses de gestão da Altice, todas as decisões até agora tomadas pelo Comité Executivo no que diz respeito aos direitos e interesses dos trabalhadores têm sido exactamente ao contrário!

Assim foi com a redução do valor das ajudas de custo, assim foi com a imposição do pagamento do subsídio de refeição ser pago em Euro ticket, assim tem acontecido na reorganização do trabalho, utilizando a mobilidade geográfica e funcional de forma quase indiscriminada e para cúmulo, no próprio dia do reinício da negociação do ACT interrompida desde 2013 somos de novo surpreendidos com **a retirada de benefícios relativos a serviços de comunicações, nomeadamente com o fim da gratuidade dos pacotes MEO e outra vez através da política do facto consumado.**

**Todas estas decisões para além de serem de preocupação essencialmente economicista para redução de custos e proveito dos lucros accionistas, deixam dúvidas quanto à sua legitimidade e legalidade.**

Foquemo-nos nas alterações/reduções dos benefícios dos serviços de comunicações:

Tais benefícios para os trabalhadores do ativo, pré-reformados e suspensos, foram consensualizados com as Administrações anteriores e eram entendidos como **forma de compensação remuneratória** dada a grande restrição nos aumentos salariais ocorrida após a OPA da Sonaecom (2006).

Para os trabalhadores do ativo, parte dos benefícios do MEO eram considerados remuneração em espécie (e por isso expresso desde 2014 na declaração para efeitos de IRS) e complementavam dessa forma a remuneração mensal dos trabalhadores!

A sua retirada deixa por isso dúvidas **sobre a própria legalidade** da decisão do Comité Executivo.

Argumentar como fez o Presidente do Comité Executivo em carta dirigida aos Trabalhadores que tal se faz para harmonizar os benefícios do Grupo Altice, é um argumento de “pura diversão” quando **gastam milhões** em patrocínios de clubes desportivos que jamais trarão o rendimento que os trabalhadores geram com o seu trabalho diário junto dos clientes da PT Portugal.

Pergunta-se? Estará a Altice disponível para negociar com os Sindicatos a harmonização salarial no Grupo?

Mas não foi só esta a decisão tomada e anunciada logo no primeiro dia do início do processo negocial do ACT?

Também na atribuição das viaturas quer para uso próprio nalguns casos como até para utilidade de serviços da empresa, o Comité Executivo tomou medidas de constrangimento e limitação (direito a estacionamento nos locais de trabalho, plafonamento do combustível, retirada da Via Verde, etc.)

permitindo apenas tais benefícios para o Comité Executivo e alguns Directores que reportam ao Comité Executivo. (1<sup>as</sup> e 2<sup>as</sup> linhas).

Tais medidas e decisões marcam claramente que a estratégia de gestão da Altice visa **prejudicar os direitos dos trabalhadores em benefício dos interesses financeiros exclusivos do accionista.**

**A realidade é que esta gestão está a gerar o descontentamento geral, a desmotivação e o descrédito no futuro da empresa é evidente no seio dos Trabalhadores.**

Nestas circunstâncias até o anúncio publico feito com “pompa e circunstância” como foi o do lançamento da Altice Labs com base na PT Inovação (graças ao talento de quem nela trabalha) não deixa os Sindicatos descansados quanto aos reais objectivos que pretendem obter os donos do Grupo.

**Aos sindicatos e aos trabalhadores com coragem e sem hesitações, só restará agir por todos os meios legais ao seu dispor para protestarem de forma inequívoca e demonstrarem o total desagrado com tais procedimentos e na forma de gerir o diálogo e a negociação com os legítimos representantes dos trabalhadores, as Associações Sindicais.**

## SINDICATOS VÃO INTERPOR AÇÕES JUDICIAIS CONTRA VÁRIAS EMPRESAS DA PT PORTUGAL

Nestas circunstâncias têm já a generalidade dos sindicatos preparadas 2 acções, uma declarativa (nas ajudas de custo) outra interpretativa (no subsidio de refeição) para dar entrada no Tribunal do Trabalho.

## NEGOCIAÇÃO DO ACT

Foi estabelecido um calendário de negociação com duas sessões semanais à 3<sup>a</sup> feira e à 5<sup>a</sup> feira das 16h às 18h.

O compromisso dos Sindicatos é tentar reverter, nestas negociações, as malfeitorias já feitas por esta nova Gestão, bem como, melhorar os direitos dos trabalhadores.

SINTTAV – STPT – SINDETELCO – TENSISQ – STT – FE/SERS – SINQUADROS

Terça-feira 2 de Fevereiro de 2016